
O PROEJA no Colégio Pedro II: Trajetória e possibilidades para o êxito de uma educação profissional, politécnica e integral

PROEJA at Colégio Pedro II: Trajectory and possibilities for the success of a professional, polytechnic and integral education

PROEJA en Colégio Pedro II: trayectoria y posibilidades para el éxito de una educación profesional, politécnica e integral.

Brito, Leonardo Leonidas de¹ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000.0000.0000.0000>

Almeida, Adjovanes Thadeu Silva de² (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000.0000.0000.0000>

Amorim, Elizabeth de Jesus Moreira de³ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000.0000.0000.0000>

Remedios, Sâmia Elene Lobato dos⁴ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000.0000.0000.0000>

Resumo

O artigo trata da Educação Profissional de Jovens e Adultos no Colégio Pedro II, partindo da constatação dos elevados níveis de evasão escolar nesta modalidade. Analisamos, detalhadamente, os dados produzidos pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional da Instituição acerca do Ensino Médio Integrado na modalidade PROEJA e revisamos a bibliografia sobre os problemas teóricos relativos à politécnica da aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Dividido em quatro partes, temos: a apresentação do escopo do PROEJA em suas bases teóricas - assentadas na perspectiva da politécnica da aprendizagem e na formação integral do indivíduo; a segunda apresenta a trajetória e os dados atualizados do Programa no Colégio Pedro II, desde sua implementação em 2006, dialogando com a documentação oficial e a bibliografia especializada; a terceira dedica-se ao problema mais grave da Educação de Jovens e Adultos não apenas no Colégio Pedro II, mas em toda a rede federal de Educação: os elevados índices de evasão escolar e, finalmente, a quarta parte apresenta algumas considerações finais acerca desta década e meia de PROEJA nesta instituição de ensino, a segunda mais antiga em atividade no Brasil. Ao final, concluímos que o ensino médio integrado ofertado para o público de jovens e adultos ainda carece de uma efetiva política institucional voltada para as especificidades da EJA profissional, de forma a garantir a qualificação plena, cidadã e crítica no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional. Colégio Pedro II. Evasão Escolar.

Abstract

The article deals with the Professional Education of Youth and Adults at Colégio Pedro II, based on the observation of the high levels of school dropout in this modality. We analyzed, in detail, the data produced by the Institution's Institutional Development Dean for Integrated High School in the PROEJA modality and reviewed the bibliography on the theoretical problems related to the polytechnic of learning

¹ Professor em Regime de Dedicção Exclusiva no Colégio Pedro II (RJ). Pesquisador do Laboratório de Economia e História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (LEHI-UFRRJ). leobritouerj@hotmail.com

² Docente permanente do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Mestrado - PROFEPT). Professor Titular do departamento de História do Colégio Pedro II. adjovanes@hotmail.com

³ Atualmente é assistente administrativo educacional - Colégio Pedro II. Tem experiência na área de História, com ênfase em História. ejmamorim@gmail.com

⁴ Possui experiência na área de educação, linguística e literaturas. Atualmente está cursando Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica pelo ProfEPT no Colégio Pedro II. samialobato@hotmail.com

in Professional and Technological Education in Brazil. Divided into four parts, we have: the presentation of the scope of PROEJA in its theoretical bases - based on the perspective of the polytechnic of learning and on the integral formation of the individual; the second presents the trajectory and updated data of the Program at Colégio Pedro II, since its implementation in 2006, dialoguing with the official documentation and the specialized bibliography; the third is dedicated to the most serious problem of Youth and Adult Education not only at Colégio Pedro II, but in the entire federal education network: the high dropout rates and, finally, the fourth part presents some final considerations about this decade and a half of PROEJA in this educational institution, the second oldest in activity in Brazil. In the end, we conclude that the integrated high school offered to the public of young people and adults still lacks an effective institutional policy focused on the specificities of professional EJA, in order to guarantee full, citizen and critical qualification in the world of work.

Keywords: Education of Youth and Adults. Professional Education. Colégio Pedro II. Scholar dropout.

Resumen

El artículo trata sobre la Formación Profesional de Jóvenes y Adultos en el Colégio Pedro II, a partir de la observación de los altos niveles de deserción escolar en esta modalidad. Analizamos, en detalle, los datos producidos por el Decano de Desarrollo Institucional de la Institución para el Bachillerato Integrado en la modalidad PROEJA y revisamos la bibliografía sobre los problemas teóricos relacionados con la politécnica del aprendizaje en la Educación Profesional y Tecnológica en Brasil. Dividido en cuatro partes, tenemos: la presentación del alcance de PROEJA en sus bases teóricas - basadas en la perspectiva de la politécnica del aprendizaje y en la formación integral del individuo; el segundo presenta la trayectoria y datos actualizados del Programa en el Colégio Pedro II, desde su implementación en 2006, dialogando con la documentación oficial y la bibliografía especializada; el tercero está dedicado al problema más grave de la Educación de Jóvenes y Adultos, no solo en el Colégio Pedro II, sino en toda la red educativa federal: las altas tasas de deserción, y finalmente, la cuarta parte presenta algunas consideraciones finales al respecto década y media de PROEJA en esta institución educativa, la segunda más antigua en actividad en Brasil. Al final, se concluye que el bachillerato integrado que se ofrece al público de jóvenes y adultos aún carece de una política institucional efectiva y enfocada en las especificidades de la EJA profesional, a fin de garantizar una calificación plena, ciudadana y crítica en el mundo del trabajo.

Palavras-Clave: Educación de jóvenes y adultos. Educación profesional. Colégio Pedro II. Abandono escolar.

Introdução

Historicamente tida como uma das modalidades mais sensíveis no âmbito da educação básica, a educação de jovens e adultos (EJA) sempre foi alvo de políticas muito incipientes, quanto às suas dimensões e efetividade concreta na reparação da dívida social brasileira com as populações marginalizadas e excluídas dos espaços pedagógicos formais. A descontinuidade e o caráter descoordenado das políticas públicas educacionais para este público foi, certamente, um dos fatores de maior relevo para que nos primeiros anos da década de 2000 vicejassem esforços, principalmente na esfera federal, para que projetos direcionados à EJA ganhassem contornos mais nítidos. A partir de 2003, “a presença do Estado na EJA, por meio do programa *Brasil Alfabetizado*, em disputa organizada pela luta dos educadores de EJA

em fóruns estaduais e regionais fez crescer a preocupação e destinação de verbas para os municípios com vista à continuidade de estudos (...)" (BRASIL. 2007:10).

No entanto, a dimensão da alfabetização, embora necessária, é apenas um aspecto da política educacional que tem como alvo a atenção a jovens e adultos. Problemas como a "não permanência" e o insucesso escolar típico dos sujeitos discentes desta modalidade devem ser tratados com a perenidade que o investimento governamental exige para o fomento, também, de formas de acesso qualificado e crítico ao mundo do trabalho.

Foi imbuído desta ideia que, no biênio 2006/2007, o Estado brasileiro sistematizou em termos bastante detalhados o *Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos*, que, em que pese todos os limites da agenda educacional⁵ dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016), é até hoje o esforço mais sofisticado na tentativa de elaboração de um projeto de educação profissional média de jovens e adultos:

Originário do Decreto 5478, de 24/06/2005 e denominado inicialmente como *Programa de integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos* (grifo dos autores), o PROEJA expôs uma decisão governamental de atender a demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio. (BRASIL. PROEJA. Documento Base. 2007).

A partir desta perspectiva, nosso artigo tem a pretensão de fazer um balanço sobre a implementação e a oferta do PROEJA no Colégio Pedro II, desde sua implementação em 2006. Esta instituição quase bicentenária tenta conjugar sua excelência na formação humanista ao esforço de oferta plena, eficaz e inclusiva - como instituição pública - de cursos médios técnico-profissionais integrados, para o público de jovens e adultos.

O texto está dividido em quatro partes que buscam se complementar: a primeira trata do escopo do PROEJA em suas bases teóricas - assentadas na

⁵ Para uma discussão minuciosa e crítica sobre a agenda educacional nos governos Lula da Silva ver: LEHER, Roberto. "A Educação no governo Lula da Silva: uma ruptura que não aconteceu" In MAGALHÃES, et al. *Os Anos Lula – contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Ver também LEHER, Roberto. *Universidade e Heteronomia Cultural no Capitalismo Dependente*.

perspectiva da politecnicidade da aprendizagem e na formação integral do indivíduo. A segunda, baseada em pesquisa empírica, apresentará a trajetória e os dados atualizados do Programa no Colégio Pedro II, desde sua implementação em 2006, a partir do diálogo entre a documentação oficial e a bibliografia especializada. A terceira dedica-se ao problema mais grave da Educação de Jovens e Adultos não apenas no Colégio Pedro II, mas em toda a rede federal de Educação: os elevados índices de evasão escolar. E, finalmente, a quarta apresenta algumas considerações finais acerca desta década e meia de PROEJA nesta instituição de ensino, a segunda mais antiga em atividade no Brasil. Além da análise detalhada dos dados produzidos pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI) do Colégio Pedro II, sobre o Ensino Médio Integrado no citado instituto federal, foi central para a confecção deste artigo a revisão bibliográfica acerca dos problemas teóricos relativos à politecnicidade da aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

1- Ensino Médio Integrado e Politecnicidade da Aprendizagem.

No desafio histórico de se elaborar políticas públicas socialmente eficazes para a EJA, o governo brasileiro caracterizado pelo bloco político-social liberal vitorioso nas eleições de 2002 buscou, em que pese muitas contradições da agenda implementada, sistematizar o debate educacional do país a partir da profícua atuação de conselhos setoriais e dos agentes organizados em torno da pauta educacional no Brasil. Se por um lado os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff foram generosos na inversão de recursos para o “Sistema S” e para o campo empresarial em geral, podemos também afirmar – ainda que sem o mesmo afinco – a presença de agentes do campo progressista no aparelho de Estado, permitindo, assim, que no Ministério da Educação (MEC) houvesse espaço para políticas sociais de elevado impacto.⁶

Neste sentido, importantes formulações teóricas foram trazidas para o debate acerca da EPT em geral e da EJA profissional em particular. O documento base do *Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA*, em suas

⁶ Destacamos aqui a elogiável atuação de figuras como a Prof. Dr^a Marise Nogueira Ramos (da Escola Politécnica Joaquim Venâncio/FIOCRUZ) e Diretora de Ensino Médio do Ministério da Educação entre 2003 e 2004, além do Prof. Doutor *Honoris Causa* Eliezer Pacheco (ex-titular da SETEC/MEC- 2005/2012).

concepções e princípios, expressa de forma clara o fito de compreender a dimensão *da formação integral do educando*, relacionada a uma concepção de trabalho que rompesse com a subordinação deste à mera condição de mercadoria – pelo menos no que tange às concepções construídas para o sujeito discente alvo da EJA profissional (premissa esta que compartilhamos). Em outras palavras, deixava-se de lado o caráter tecnicista das concepções de ensino médio profissional – tão marcantes em reformas educacionais como a engendrada pela Lei 5692/71 em plena ditadura empresarial militar – assim como nos anos noventa. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, embora com significativos avanços para a conjuntura da época, não apresentava qualquer *salto qualitativo* no que diz respeito a se pensar a profissionalização de jovens e adultos, que não fosse quase a “via da mobralização”, restrita à ação das políticas educacionais de alfabetização subfinanciadas para este público. Assim como, se privilegiava uma oferta profissional estritamente sob a lógica da demanda de mão de obra barata para determinados setores econômicos específicos. Não se conseguia superar a dicotomia estrutural e histórica em restringir a formação destes sujeitos à profissionalização de baixa qualificação, sem maior integração à formação plena e humanista também inerente ao nível médio de ensino. Formava-se (e mal) o trabalhador para uma inserção subordinada (quando ocorria) ao mundo do trabalho. A ineficácia e ampla fragmentação na oferta destes cursos de nível médio técnico eram características da forma de atuação dos diferentes entes públicos executores destas políticas educacionais.

Mesmo que com muitos limites (em especial no tocante ao financiamento adequado da educação básica no país e dos “garrotes” fiscais estabelecidos por uma política econômica pendular e muito circunscrita à rigidez monetária para os investimentos sociais), os governos Lula – especialmente o segundo – conseguiram sensíveis avanços na EPT no Brasil, sobretudo na organização de um programa nacional de Educação Profissional de Jovens e Adultos, com princípios éticos e epistemológicos relevantes e obliterados em experiências anteriores. Destacamos sumariamente:

O papel e compromisso que entidades públicas integrantes dos sistemas educacionais têm com a inclusão da população em suas ofertas educacionais. (PROEJA. Documento Base. MEC. Brasília. 2007:37).

O segundo, decorrente do primeiro, consiste na inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos”. (Idem) Na perspectiva da defesa da educação integral Ramos define que “o currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino/aprendizagem de forma que conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta (RAMOS. 2009).

A ampliação do direito à educação básica, pela universalização do ensino médio. (PROEJA. Documento Base. MEC. Brasília. 2007:38).

O trabalho como princípio educativo (idem).

A pesquisa como fundamento da formação (idem ibidem).

Considerar “as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais. (idem ibidem).

A tradição epistemológica marxista “salta aos olhos” no escopo teórico dos norteadores dos princípios da EJA profissionalizante e do projeto político-pedagógico integrado, delineado pelos formuladores do documento. Ressaltamos que compartilhamos deste e de qualquer esforço no campo pedagógico, em particular, e nas ciências sociais, em geral, que dialogue com a teoria crítica. Há de se reconhecer a relevância do marxismo nos debates no campo educacional no Brasil, desde a década de setenta do século passado. Contudo, estranha-se (talvez esta seja a maior das fragilidades da condição humana no debate político de boa-fé) o “esquecimento” ou “desconhecimento” de importantes frações de intelectuais da teoria crítica, predominantes no campo pedagógico, acerca das experiências anarquistas e todo o grande *constructo* teórico que esta importante tradição, também do socialismo do século XIX, produziu para o campo educacional. Dos escritos acerca da politecnia do francês Pierre Joseph Proudhon ao relevante papel que uma mulher(!) – Louise Michel –, na França dos oitocentos, teve nas elaborações sobre o programa educacional da famosa Comuna de Paris. Do libertário catalão Francisco Ferrer i Guardia e sua memorável experiência da Escola Moderna de Barcelona às importantes escolas modernas nº 1 e nº 2 organizadas na cidade de São Paulo, nos bairros operários e que contavam com a íntima participação, na direção destes espaços de ensino para os filhos da classe trabalhadora, dos próprios sindicatos⁷.

⁷ Para um bom caminhar nesta longa tradição libertária de escritos sobre educação: PROUDHON, Pierre J. *“Da Justiça na Revolução e na Igreja – Filosofia, Justiça e Politecnia da Aprendizagem”* (1858); MICHEL, Louise. *A*

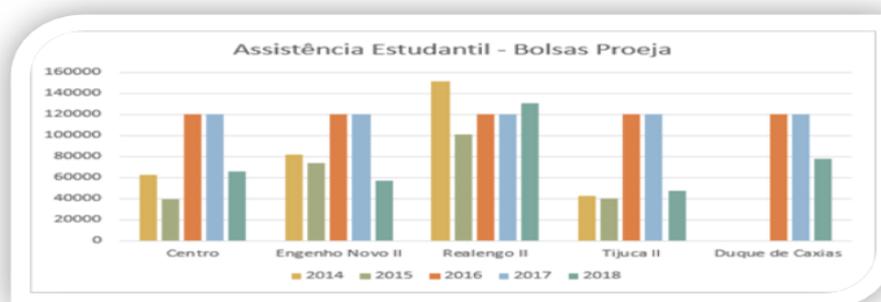
Experiências como a das escolas modernas de São Paulo, dos primeiros anos da República, merecem, certamente, serem revisitadas em pesquisas acadêmicas no campo da educação e da História da Educação, tendo em vista seu caráter extremamente inovador para a época. Experimentos pedagógicos que ensejavam a politecnicidade, a autogestão e a liberdade de pensar como premissas fundamentais de um novo princípio educativo⁸. Vale dizer, alguns destes princípios seriam retomados pelo *escolanovismo* e pela pedagogia *freiriana*, décadas mais tarde.

Apontadas as linhas gerais das concepções e princípios da Educação Profissional de Jovens e Adultos elaborada no Brasil a partir da segunda metade da década de 2000, adentremos na experiência específica do PROEJA no Colégio Pedro II. Um programa mais que necessário neste educandário, historicamente voltado para o atendimento dos filhos das frações mais abastadas da sociedade brasileira.

2- COLÉGIO PEDRO II (CPII): Financiamento estudantil e estruturação dos cursos PROEJA.

No que se refere aos gastos com bolsas para a manutenção de estudantes do PROEJA, o CPII utilizou os seguintes recursos financeiros⁹:

TABELA 1 – Bolsas PROEJA



Comuna. Vols 1 e 2; FERRER I GUARDIA, F. *A Escola Moderna*; GALLO, Silvio. *Pedagogia do Risco: experiências anarquistas em educação* e a tese de doutorado do historiador Rogério Cunha de Castro: *Nem prêmio, nem castigo! A Escola moderna como ação revolucionária dos sindicatos operários durante a Primeira República (São Paulo, 1909-1919)*.

⁸ Para pormenores deste debate acerca dos princípios da educação politécnica no campo libertário, está em vias de finalização o artigo “Politecnicidade da Aprendizagem e a centralidade do trabalho em Proudhon: Alguns breves apontamentos”, a ser submetido ao dossiê **Trabalho-Educação na pós-graduação brasileira da Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**.

⁹ Tais informações são disponibilizadas pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRODI).

Fonte: PRODI – CPII em números, Bolsas PROEJA, 2020.¹⁰

O gráfico supra nos permite algumas observações: o campus Duque de Caxias foi o último a instalar turmas da modalidade PROEJA, tendo iniciado apenas a partir de 2016; a quantidade de recursos despendidos nos anos letivos de 2016 e 2017 manteve-se estável nos cinco campi apresentados; ocorreram variações ao longo dos anos 2014 e 2015 nos quatro campi que então possuíam turmas dessa modalidade; em 2014, 2015 e 2018 o campus Realengo II possuiu maior gasto com bolsas, depreendendo-se, portanto, que possuía maior quantitativo de estudantes.¹¹

A tabela a seguir permite-nos uma visualização mais aprimorada do montante de recursos financeiros disponibilizados pelo Colégio Pedro II no pagamento das bolsas para o PROEJA, ressalte-se que tais valores são alocados na rubrica “Assistência Estudantil”:

Assistência Estudantil - Bolsas Proeja (R\$)					
Campus	2018	2017	2016	2015	2014
Centro	65.500,00	120.000,00	120.000,00	39.500,00	62.700,00
Engenho Novo II	57.000,00	120.000,00	120.000,00	74.000,00	81.500,00
Realengo II	130.900,00	120.000,00	120.000,00	101.000,00	151.500,00
Tijuca	47.300,00	120.000,00	120.000,00	40.000,00	42.600,00
Duque de Caxias	78.100,00	120.000,00	120.000,00	-	-
TOTAL	378.800,00	600.000,00	600.000,00	254.500,00	338.300,00

TABELA 2 – Bolsas PROEJA em R\$ por Campus/ano

Fonte: PRODI, Assistência estudantil, bolsas, PROEJA, 2020.¹²

Um fator importante que podemos observar na tabela supra consiste na redução dos valores totais utilizados para o pagamento das bolsas, quando da comparação entre os anos letivos de 2017 e 2018: uma queda de aproximadamente 35% do valor total; apenas o campus Realengo II logrou aumento de recursos (cerca de 8,5% em relação ao ano anterior). Ainda em relação à Tabela 2, pode-se observar

¹⁰ Disponível em: http://www.cp2.g12.br/proreitoria/prodi/cpii_numeros/assistencia_estudantil/bolsa_proeja. Acesso em 18/05/2020.

¹¹ O campus Realengo II possui dois cursos diferentes de PROEJA, como se verá adiante.

¹² Disponível em: http://www.cp2.g12.br/proreitoria/prodi/cpii_numeros/assistencia_estudantil/bolsa_proeja. Acesso em 18/05/2020.

também que, comparando-se os valores utilizados em 2014 e 2018, os campi Engenho Novo II (aproximadamente 30% a menos) e Realengo II (cerca de 15% a menos) tiveram redução dos recursos financeiros; apenas o Centro (teve um incremento de cerca de 5%) e Tijuca II (aumento de cerca de 10%) obtiveram acréscimo dos recursos financeiros.

Caberia a indagação sobre o que teria motivado esta redução do volume financeiro utilizado pelo CPEI no PROEJA. Certamente, foram os efeitos imediatos do contingenciamento orçamentário estabelecido no primeiro semestre de 2015 que nos permitem concluir acerca da drástica redução de recursos disponibilizados para a *assistência estudantil*. Nestes termos, em maio daquele ano o então titular do MEC, Renato Janine Ribeiro, escorava-se entre o lema *Pátria Educadora*, do *Dilma 2* e a tesoura implacável da equipe econômica que contingenciava 19% da pasta.¹³

Em 2006, as Unidades Escolares Centro, Engenho Novo II e Realengo ofertaram as primeiras vagas para cursos de PROEJA (curso técnico integrado de *Informática com ênfase na Montagem e Manutenção de Computadores*) e, no ano seguinte, a Unidade Escolar Tijuca II aderiu ao programa com o mesmo curso. Em 2008, um convênio foi firmado com o CEFET/RJ para oferta do curso técnico concomitante de *Manutenção Automotiva*, um projeto elaborado em conjunto pelas duas instituições que significou uma inovação na rede federal de ensino. Apesar do esforço, esse curso foi extinto em 2014 por falta de procura (SANTOS, 2018, p. 226).

No que tange ao aspecto da carga horária, o PROEJA, a partir do ano letivo de 2019, assumiu nova feição, adquirindo certa padronização entre os três cursos ofertados nos diferentes campi, em termos de quantidades de tempos de aula (900 tempos por série) e de carga horária (oscilando entre 803 e 808 horas por série)¹⁴.

Em 2020, após ampla reestruturação curricular e conforme editais publicados em sua página eletrônica¹⁵, o Colégio Pedro II oferece 03 (três) cursos de PROEJA assim divididos pelos Campi:

¹³ <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/07/ajuste-fiscal-e-realidade-diz-ministro-da-educacao-sobre-cortes.html>. Acessado em 11 de julho de 2020.

¹⁴ Atualmente, o Colégio Pedro II utiliza tempos de 40 minutos.

¹⁵ Editais disponíveis em <http://dhui.cp2.g12.br>.

- Centro, Engenho Novo II, Tijuca II e Duque de Caxias: com o curso técnico em Administração e curso de *qualificação em Assistente em Administração*;
- Realengo II: além dos cursos ofertados nos outros campi, há a oferta do *Técnico em Manutenção e Suporte em Informática*.

O curso Técnico em Administração, que vigorou da criação do PROEJA até o final do ano letivo de 2019, possuía a grade curricular dividida em Formação Básica e Formação Técnica.¹⁶ Percebe-se certo equilíbrio entre as disciplinas de ensino médio e as referentes à formação técnica; processo análogo deu-se no curso técnico de Manutenção e Suporte em Informática.

A partir do ano letivo de 2019, houve mudança promovida pelos setores administrativo-pedagógicos do CPII das atuais grades curriculares do curso de Técnico em Administração do PROEJA, no que se refere à formação básica e formação técnica. Vale grifar que tal mudança curricular ocorrida no curso *Técnico em Administração*, se deu a partir da necessidade observada de ampliação das disciplinas inerentes à formação na área de Administração de Empresas. O Colégio realizava, assim, um importante esforço para o reconhecimento efetivo deste curso médio integrado ofertado na EJA pelo Conselho Regional de Administração. Os contornos mais detalhados desta reestruturação curricular para os cursos médios integrados na área de administração começaram a ser delineados no *Fórum Proeja CPII*, realizado em junho de 2018.¹⁷

É importante destacar que os novos currículos dos cursos ofertados pelo PROEJA/CPII se organizaram a partir dos pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), integrando o Itinerário formativo 5.

Com relação à organização interna das disciplinas, observa-se um descompasso. Este reflete a dificuldade da instituição, neste arranjo curricular, em garantir a integração plena entre as disciplinas da formação básica e as de caráter

¹⁶ PPPI, 2018, p. 87 e 88. Quadros 30 e 31 – Componentes curriculares do Ensino Médio Integrado (PROEJA). Fonte: Colégio Pedro II. Portaria 3555/2019 Disponível em <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2018/JUL/PPPI%20NOVO.pdf>. Acesso em 18/05/2020.

¹⁷ “Fórum debate panorama do Proeja”: https://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/224-not%C3%ADcias-2018/8048-f%C3%B3rum-debate-panorama-do-proeja.html. Acessado em 11 de julho de 2020.

técnico, pois, embora haja equilíbrio em termos do cômputo geral de tempos e horas (50 tempos e 1330 horas para as disciplinas do ensino médio; 40 tempos e 1062 horas para as disciplinas profissionalizantes), quando isto se divide por série, a desigualdade torna-se gritante: na 1ª série, por semana, são 25 tempos de disciplinas da formação básica e apenas 5 da formação técnica; na 2ª série, semanalmente, são 23 tempos de disciplinas da formação básica e apenas 7 da formação técnica; por fim, na 3ª série, são 2 tempos de disciplinas da formação básica e 28 da formação técnica.

Outra mudança importante deu-se com a distribuição dos conteúdos programáticos da formação básica: Educação Física e Artes passaram a integrar o corpo das disciplinas (até então, eram ofertadas como disciplinas opcionais em outro turno e sem contarem no cômputo da carga horária global do curso), assim como Educação Musical e dois idiomas estrangeiros (Inglês e uma 2ª opção, que poderia ser Francês ou Espanhol; até então, oferecia-se apenas o inglês técnico); ao mesmo tempo, Português (menos 3 tempos), História (menos 2 tempos), Geografia (menos 2 tempos), Biologia (menos 2 tempos), Física (menos 1 tempo) e Química (menos 3 tempos) perderam tempos de aula; das disciplinas da formação básica, apenas Matemática, Filosofia e Sociologia mantiveram sua carga horária após a reformulação curricular.

Com a concentração das disciplinas da formação técnica no último ano do PROEJA, o CPII pode estabelecer o curso *de qualificação em Assistente em Administração*: com duração menor (2 anos) em relação aos demais (3 anos), objetivando uma possibilidade mais rápida de obtenção da formação profissional, embora com uma titulação mais simples em relação ao curso de Técnico Integrado em *Administração*.¹⁸ Com isto, o estudante obterá uma formação geral mais básica e conhecimentos profissionais mais restritos, porém com o fito de garantir uma formação profissional básica no campo da Administração para o aluno que optasse pela modalidade *assistente*.

¹⁸ O curso de técnico em Administração pauta-se, além das normatizações internas do Colégio Pedro II, também por aquelas oriundas do Conselho Federal de Administração, visto que a conclusão de ambos origina o direito à inscrição do egresso na instância regional do supramencionado Conselho. Para detalhes ver: http://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/225-noticias/9436-com-novos-cursos,-ensino-t%C3%A9cnico-no-cpii-tem-aumento-de-matr%C3%ADculas.html. Acessado em 13/07/2020.

O processo de modificação curricular no âmbito do PROEJA/CPII não se limitou ao curso *técnico integrado em Administração*, atingindo também o curso técnico integrado em *Manutenção e Suporte em Informática*.

Assim, a grade das disciplinas da formação básica do curso técnico em *Manutenção e Suporte em Informática* assemelha-se à do curso de *Técnico em Administração* no que se refere ao total de tempos: quarenta e oito, ao passo que *Administração* possui cinquenta (a diferença deve-se ao fato da disciplina Inglês não ser ofertada para *Informática*).

No que se refere à distribuição entre disciplinas da formação básica e disciplinas profissionalizantes, o curso de *Manutenção e Suporte em Informática* também sofreu uma reformulação expressiva, entretanto conseguiu preservar uma distribuição mais equilibrada (quando comparada ao curso de *Administração*). Ocorreu, nesse caso, o predomínio das disciplinas da formação básica em relação às disciplinas técnicas na 2ª série (19 e 11 tempos, respectivamente) e a situação se inverte na 3ª série (12 e 18 tempos, respectivamente), existindo certo equilíbrio na 1ª série (17 tempos da formação básica e 13 da formação técnica); parece-nos que tal panorama deve-se ao fato de o curso técnico integrado em *Manutenção e Suporte* ter permanecido com a duração de três anos, não existindo qualquer habilitação intermediária (como ocorre com o curso de *Assistente*, na área de *Administração*).

De todo modo, as mudanças abriram possibilidades de ampliação das disciplinas técnicas em todos os cursos ofertados na modalidade PROEJA, e tais conhecimentos (mais intimamente ligados ao exercício profissional do futuro egresso) tornariam o estudante do PROEJA/CPII melhor habilitado na área escolhida para sua formação laboral.

O Colégio Pedro II define como ideal o seguinte perfil do egresso dos cursos vinculados à área de *Administração*, ministrados pelo PROEJA: “Executar operações administrativas relativas a protocolos e arquivos, confecção e expedição de documentos e controle de estoques, aplicar conceitos e modelos de gestão em funções administrativas e operar sistemas de informações gerenciais de pessoal e de materiais” (CPII, 2018, p. 77). De modo análogo, o curso técnico integrado de *Manutenção e Suporte em Informática* apresenta o seguinte perfil do egresso: “Executar montagem, instalação e configuração de equipamentos de informática,

instalar e configurar sistemas operacionais desktop e aplicativos, realizar manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, periféricos e fontes chaveadas, instalar dispositivos de acesso à rede e realizar testes de conectividade, bem como realizar atendimento help-desk.” (CPIL, 2018, p. 78).

Assim, por meio do PROEJA, o CPIL deve fornecer à sociedade um profissional capaz de exercer plenamente a ocupação escolhida, com as habilidades inerentes ao desempenho demandado pelo mundo do trabalho e concernentes as suas escolhas laborais.

O aspecto básico curricular inerente a todos os cursos técnicos ofertados na modalidade PROEJA são de articular a formação geral à técnica. Assim, os cursos em Administração buscam realizar: “A formação geral, que desenvolve os diferentes aspectos e potencialidades dos estudantes nas diferentes áreas do conhecimento; a formação técnica na preparação para o trabalho em empresas e organizações públicas e privadas com atuação em marketing, recursos humanos, logística, finanças e produção” (CPIL, 2018, p. 77).

Por seu turno, o curso da área de Informática procura desenvolver: “A formação geral, que desenvolve os diferentes aspectos e potencialidades dos estudantes nas diferentes áreas do conhecimento; a formação técnica na preparação para o trabalho de prestação de serviço e manutenção de informática” (CPIL, 2018, p. 78).

Em certa medida, podemos compreender a criação do PROEJA (2006) e dos cursos médios integrados regulares (2006), no âmbito do Colégio Pedro II, como uma mudança importante na conformação interna desse Instituto Federal. Até então, a mais que sesquicentenária instituição educacional priorizava a formação em nível geral (inclusive com aulas do Ensino Médio regular no turno da noite).¹⁹

Por outro lado, a implementação do PROEJA integrado e dos cursos integrados de ensino médio oferecidos diurnamente, ampliaram-se as similaridades institucionais entre o Colégio Pedro II e os demais componentes da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (RFECT), visto que até hoje;

¹⁹ Atualmente, apenas o campus Humaitá II mantém o Ensino Médio regular noturno; ele fora extinto nos demais campi antes da equiparação do Colégio Pedro II aos Institutos Federais. A lei 12677, de 25 de junho de 2012 promoveu a mencionada equiparação.

O CPII é a única instituição de educação básica ligada, diretamente, ao Ministério da Educação. As outras instituições federais que ministram o Ensino Médio são os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), cujos cursos são de caráter técnico e profissionalizante (CPII, 2019, p. 87).

A organização dos cursos médios integrados e do PROEJA no âmbito do Colégio Pedro II ocorreu em um momento de expansão da rede federal, e tal crescimento provocara impactos também no âmbito do Colégio, com a criação dos campi Realengo²⁰ (I e II)²¹, Duque de Caxias²² e Niterói²³, ampliando-se o número de matrículas e de servidores (docentes e técnico-administrativos). Assim, no campus Realengo, estruturou-se a Educação Infantil (atualmente sob a responsabilidade do Centro de Referência em Educação Infantil - CREIR²⁴), a Educação Básica (Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio [formação geral e integrado diurno] e PROEJA); em Duque de Caxias organizaram-se turmas de Ensino Médio Integrado diurno e PROEJA.

Uma das principais dificuldades para o êxito do PROEJA na rede federal de Educação, Ciência e Tecnologia, em geral, e no Colégio Pedro II, em particular, vincula-se aos níveis de evasão (CPII, 2019, p. 87). Em documentos recentes, a instituição demonstra preocupação com este fato. Uma das soluções encontradas pela Seção de Ensino técnico da Instituição consistiu na reformulação do currículo do PROEJA nas áreas da Administração, objetivando-se um duplo movimento: a redução da evasão escolar e o aumento do quantitativo de estudantes regularmente matriculados.

²⁰ Organizado a partir de 2010.

Cf. http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoria_historica/index.html. Acesso em 27 de maio de 2020.

²¹ Os campi I (Engenho Novo, Humaitá, Realengo, São Cristóvão e Tijuca) ministram aulas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, isto é, do 1º ao 5º anos, existindo, em sua maioria, desde 1984; os campi II (Centro, Engenho Novo, Humaitá, Realengo, São Cristóvão e Tijuca) ministram as aulas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, isto é, do 6º ao 9º anos, além do Ensino Médio e PROEJA (com exceção de São Cristóvão II); o campus São Cristóvão III atua apenas no Ensino Médio (formação geral e integrado). Cf. http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoria_historica/index.html. Acesso em 27 de maio de 2020.

²² Organizado a partir de 2007; sua atual sede foi inaugurada em dezembro de 2012. Cf. <http://www.cp2.g12.br/blog/duquedecaxias/historia-do-campus/> Acesso em 27 de maio de 2020.

²³ Organizado em 2006; sua atual sede foi inaugurada em 2016. Cf. <http://www.cp2.g12.br/blog/niteroi/historia-do-campus>. Acesso em 27 de maio de 2020.

²⁴ Centro de Referência em Educação Infantil (CREIR) atua na Educação Infantil desde 2012; a partir de 2013 foi organizado com uma estrutura autônoma em relação ao campus Realengo I, assumindo a atual conformação institucional em 2016. Cf. <http://www.cp2.g12.br/blog/creir/historia-do-campus/> Acesso em 27 de maio de 2020.

Ainda no PDI, em relação ao planejamento estratégico para o período 2019-2023, o CPII propõe um aumento no quantitativo de vagas disponibilizadas para o PROEJA, aumentando-se de 910 (ano letivo de 2019) para 1120 a partir do ano letivo de 2020, constituindo-se em uma das três premissas para o quadriênio iniciado em 2019:

(...) intenção de fortalecer o Ensino Médio Integrado e o Programa de Educação de Jovens e Adultos, com conseqüente aumento do número de matrículas. A abertura de novas modalidades de cursos técnicos está sendo planejada, assim como medidas de reorganização do Proeja, que já estão sendo efetivadas. Sendo assim, projetamos um aumento do número de vagas nesses cursos, embora cientes que o aumento do número de vagas não signifique maior procura ou maior número de matrículas (CPII, 2019, p. 92).²⁵

De acordo com os documentos oficiais do CPII, a criação do PROEJA inseria-se em uma tentativa de “resgatar o curso noturno” (CPII, 2019, p. 119), algo que, não obstante, de bom grado para melhor aproveitamento da boa estrutura pedagógica e física que o colégio possui, mostra a falta de aderência mais clara da instituição à política de fomento ao ensino médio integrado entre os anos de 2006 e 2010.

Colocado desta forma e, em que pese toda a dificuldade do CPII em elaborar um balanço sobre esta quase década e meia de oferta de cursos técnicos integrados na modalidade PROEJA, fica evidente ao analisar os dados disponíveis, que foi apenas no último biênio que o CPII encetou, de fato, a reorganização mais sistemática de seus cursos direcionados ao público de Jovens e Adultos. Apesar do valoroso esforço dos servidores envolvidos na oferta desta modalidade de ensino, a EJA no CPII ainda se ressentia de seu lugar *marginal* no conjunto de cursos oferecidos por este instituto federal.

A título de exemplo, os dados acerca do universo e turmas de PROEJA, no ano de 2018, se apresentam da seguinte forma:

²⁵ As outras duas premissas são a ampliação da Educação Infantil, com a construção de prédios em novos campi para esta modalidade de ensino; e a consolidação da graduação, com a implantação das licenciaturas em Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e História. Cf. PDI (2019, pp. 91-92). Disponível em <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2019/Outubro/pdi/1.%20Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional.pdf>. Acesso em 18/05/2020.

Quantitativo de alunos e de turmas do Ensino Médio Integrado, na modalidade PROEJA			
Campus	Curso	Nº de turmas	Nº de alunos
Centro	Administração	4	77
Duque de Caxias	Administração	6	101
Engenho Novo II	Administração	6	73
Realengo II	Administração	6	156
	Manutenção e Suporte em Informática	4	111
Tijuca II	Administração	3	63
TOTAL GERAL		29	581

TABELA 3 - Quantitativo de alunos e turmas do PROEJA²⁶

Fonte: Colégio Pedro II. PDI, 2019, p. 119

O quantitativo de estudantes da educação básica do CPII ultrapassa 13 mil discentes. Destes, cerca de 5% compõem o conjunto de matriculados no PROEJA, um número maior apenas do que as matrículas nos cursos de Formação Continuada, Pós-graduação (stricto e lato sensu) e da Educação Infantil.²⁷ O estudante do PROEJA, obrigatoriamente, deve ser maior de 18 anos e já ter concluído o Ensino Fundamental; o acesso se dá por meio de sorteio.

3- A EVASÃO ESCOLAR NO PROEJA DO CPII: UM DESAFIO A SER SUPERADO.

A palavra evasão tem origem no latim *evasio* e nomeia o ato de evadir-se, de fuga, de escape, de saída, de subterfúgio, de abandonar algo, enfim, refere-se ao afastamento do ponto em que se encontra (FERREIRA, 2010). Diante dessas acepções, é possível compreendermos a evasão escolar como a interrupção da escolarização pelos estudantes que, mesmo estando matriculados em um determinado curso, acabam abandonando a escola antes de completarem seus estudos.

A evasão escolar está presente no cotidiano da maioria das instituições públicas de ensino do país, sendo um dos maiores desafios a ser superado inclusive

²⁶ Disponível em <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2019/Outubro/pdi/1.%20Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional.pdf>. Acesso em 18/05/2020

²⁷ O quadro 13 do PDI (2019, p. 116). Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2019/Outubro/pdi/1.%20Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional.pdf>. Acesso em 18/05/2020.

no PROEJA no âmbito nacional, estadual e, especificamente, no CPIL, onde os índices são relativamente altos quando comparados aos dados de evasão do Ensino Médio Integrado diurno, (como veremos mais adiante). Logo, fazer o levantamento e a análise desses dados é um passo fundamental na tentativa de intervir neste problema.

O CPIL, por exigência da Lei 5.692/1971 que tornou compulsório o ensino técnico em nível de 2º grau para as escolas públicas, oferta cursos técnicos aos seus alunos desde 1976.²⁸ Inicialmente, ofertou-se o Curso Técnico em Informática, no turno da noite da Unidade Escolar São Cristóvão II (hoje Campus São Cristóvão III) como estratégia para facilitar o cumprimento de estágio obrigatório. Com a publicação do Decreto nº 5154/2004, que possibilitava a oferta da “educação profissional técnica de nível médio” articulada ao ensino médio, o Curso Técnico de Informática foi remodelado e adequando à legislação, sendo oferecido, também, ao público externo na proporção de 50% das vagas, através de concurso público. A partir de 2006, outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), nas modalidades integradas e concomitantes foram criados para oferta no turno diurno (SANTOS, 2018).

O ensino médio noturno no CPIL já sofria com a evasão escolar desde o final da década de 1990, segundo Santos (2018, p. 225), aumentando o esvaziamento das unidades escolares, pois, além dos alunos desistentes, muitas vagas não eram ocupadas e boa parte dos discentes que permaneciam, solicitavam transferência de turno ou de instituição ao longo do período letivo. Com a publicação do Decreto nº 5.478, em 24 de junho de 2005, instituindo o PROEJA, o CPIL adotou a modalidade, mesmo sem estar elencado dentre as instituições com essa obrigação legal, por ainda não ser equiparado aos Institutos Federais que estavam obrigados à concretização imediata do Programa de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade de Jovens e Adultos - PROEJA. Assim, a oferta da EJA em nível médio técnico foi vista como uma oportunidade para solucionar a baixa ocupação das salas de aulas no horário noturno. O que comprova a hipótese central do artigo, denotando a absoluta falta de aderência e acúmulo teórico, da instituição, para a recepção desta nova ideia de Ensino médio técnico integrado à formação Profissional.

²⁸ Os autores não encontraram, na documentação consultada, maiores referências sobre o debate ocorrido em 1976 e acerca destes cursos técnicos.

Com a iniciativa do CPII em participar do projeto, o Decreto 5.840/2006 revogou o Decreto anterior e incluiu o CPII “no conjunto das instituições federais que deveriam oferecer pelo menos 10% de suas vagas” para essa modalidade de ensino (SANTOS, 2018, p. 226). Com essa ação, o CPII deu início às primeiras turmas de PROEJA no primeiro semestre de 2007, numa resposta afirmativa ao desafio de articular políticas públicas de trabalho e renda, educação, ciência e tecnologia, cultura e meio ambiente, identificadas e comprometidas com a maioria.

No tocante à evasão escolar, problema recorrente desde a década de 1990, constata-se que não é uma questão específica do Colégio Pedro II. Ao contrário, atinge todas as unidades da federação e trata-se de um dos mais graves problemas concernentes à Educação de Jovens e Adultos no país.

Segundo dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha²⁹ (PNP) que iniciou a coleta de dados sobre a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em 2018, com dados relativos ao ano 2017, os cursos técnicos integrados ao ensino médio, na modalidade PROEJA, tem índices muito altos de evasão escolar, e parâmetros muito insuficientes de conclusão por ciclo em **nível nacional**. Os resultados para os anos de 2017 e 2018, respectivamente, são preocupantes e estão demonstrados nas tabelas abaixo:³⁰

TABELA 4 – Índices Nacionais de Conclusão, Evasão e Retenção no PROEJA.

Índice de Eficiência Acadêmica - Nacional			
PNP	Conclusão Ciclo	Evasão Ciclo	Retenção Ciclo
2018 (ano base 2017)	28,04%	64,33%	7,63%
2019 (ano base 2018)	26,60%	66,37%	7,04%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Sobre o CPII, na sua oferta de cursos PROEJA, nos mesmos anos base 2017 e 2018, a PNP demonstra os seguintes índices de evasão escolar e conclusão por ciclo:

²⁹ Disponível em <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>.

³⁰ Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html> e <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>. Acessados em 01/06/2020.

TABELA 5 - Índices do Colégio Pedro II de Conclusão, Evasão e Retenção no PROEJA.

Índice de Eficiência Acadêmica - CPII			
PNP	Conclusão Ciclo	Evasão Ciclo	Retenção Ciclo
2018 (ano base 2017)	35,71%	62,38%	1,90%
2019 (ano base 2018)	45,58%	49,09%	5,33%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Os resultados individualizados por campus ofertantes de cursos PROEJA no CPII, temos a seguinte realidade nos anos-base 2017 e 2018, respectivamente:

TABELA 6 – Índices de Conclusão, Evasão e Retenção individualizados por Campus.

Índice de Eficiência Acadêmica - CPII					
Campus	PNP	Eficiência Acadêmica	Conclusão Ciclo	Evasão Ciclo	Retenção Ciclo
Centro	2018 (ano base 2017)	29,50%	29,55%	70,45%	0,00%
	2019 (ano base 2018)	56,30%	56,25%	43,75%	0,00%
Duque de Caxias	2018 (ano base 2017)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	2019 (ano base 2018)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Engenho Novo II	2018 (ano base 2017)	34,60%	34,62%	65,38%	0,00%
	2019 (ano base 2018)	58,80%	57,14%	40,00%	2,86%
Realengo II	2018 (ano base 2017)	40,80%	39,62%	57,55%	2,83%
	2019 (ano base 2018)	39,10%	36,23%	56,52%	7,25%
Tijuca II	2018 (ano base 2017)	28,60%	25,00%	62,50%	12,50%
	2019 (ano base 2018)	50,00%	50,00%	50,00%	0,00%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Com esses dados, observamos uma queda no índice de evasão e, por conseguinte, o índice de conclusão por ciclo aumenta, porém a evasão se mantém em níveis bastante altos, especialmente, se compararmos com os índices do Ensino Médio Integrado diurno (EMI) na mesma instituição que são de 12% e 21,67%, para os anos base 2017 e 2018³¹, respectivamente. Com relação ao Campus Duque de Caxias, provavelmente, a falta de valores se deve ao fato do Campus ter instituído os cursos PROEJA a partir de 2016.

³¹ Disponível em <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>

Especificamente sobre o PROEJA no Colégio Pedro II, a página *CPII em Números*³² não nos oferece dados que nos auxiliem na construção do perfil desse programa na instituição. Lá encontramos apenas dados generalizantes sobre o perfil discente da instituição como um todo, ou seja, o PROEJA não tem tratamento individualizado que evidencie suas características. O que nos permite concluir, sem muitas dúvidas, que até mesmo quanto à produção de dados institucionais sobre a Educação profissional de Jovens e Adultos a instituição trata o programa de forma bastante periférica (apesar da relativa longevidade do mesmo). Na aba *Perfil Discente*, somente a partir de 2016 temos informação sobre o PROEJA, mas somente informações sobre faixa etária. Na aba *Perfil Institucional*, há informações que poderiam nos dar uma melhor dimensão do funcionamento do PROEJA, como, por exemplo: Trancamento, Evasão e Repetência, mas traz dados globais de 2014 a 2018 que generalizam os índices para todos os segmentos, sem individualizar o caso específico do PROEJA.

Na aba *Efetivo Discente*, que traz dados de 2014 a 2018, as informações se limitam ao quantitativo de alunos por ano e os Indicadores Acadêmicos, também, não se referem especificamente sobre o PROEJA. A falta de informações claras e específicas sobre um programa concebido com as funções “reparadora, equalizadora e qualificadora” no sentido de garantir o direito à educação de forma abrangente e que proporcione transformação social, nos faz indagar o propósito da instituição em ofertar o PROEJA. É um dos fatores intervenientes que causam os altos índices de evasão escolar: a ausência de números consolidados a respeito do PROEJA no CPII que reflete a falta de clareza da própria instituição, quanto a sua presença na EJA. Área marcada historicamente, no Brasil, por políticas educacionais compensatórias e nada equalizadoras. Pelo contrário, reproduziu sempre o caráter dual da estrutura educacional brasileira, oferecendo para seu público alvo – quando não apenas o esforço de alfabetização de jovens e adultos – uma profissionalização de caráter tecnicista, marcada pela subsunção do trabalho ao capital. Infelizmente, o CPII não conseguiu engendrar, ainda, em sua cultura pedagógica institucional a *plena integração* entre a sua excelência em educação básica e humanista à formação

³² Disponível em http://www.cp2.g12.br/proreitoria/prodi/cpii_numeros.

profissional que preze pela omnilateralidade e pelo caráter polivalente na formação dos sujeitos que demandam os cursos técnicos inseridos no PROEJA.

Os dados aqui apresentados reafirmam a necessidade de repensarmos a dinâmica de oferta das vagas e dos tipos de cursos do PROEJA, bem como estratégias que viabilizem a permanência e a conclusão dos cursos por educandos e educandas que, certamente, buscam estes cursos técnicos integrados como possibilidade de transformação da sua qualidade de vida, na família e na sociedade, bem como a inserção qualificada no mundo do trabalho.

Neste sentido faz-se necessário, ainda, refletirmos sobre as possíveis causas que têm levado alunos dessa modalidade de ensino a abandonarem seus cursos sem concluí-los. Sabemos que não se trata de um motivo único e isolado, mas de uma série de fatores que nem sempre estão sob a responsabilidade exclusiva da escola. Sobre essas possíveis causas que levam o aluno à evasão, autores como Diniz (2015) e Oliveira (2019) apontam para duas vertentes principais: *uma relacionada aos fatores extraescolares (de origem externa) e outra ligada aos fatores intraescolares (de origem pedagógica)*.

Em relação aos fatores extraescolares, ressaltamos os de natureza socioeconômica. Podemos citar as dificuldades financeiras, a urgência quanto à empregabilidade, fatores relativos ao “estremecimento do trabalho no Brasil”,³³ problemas relacionados à organização familiar afetiva, à gravidez, à violência, à dificuldade de locomoção, ao horário de trabalho incompatível com o horário das aulas, e em muitos casos à ausência absoluta de renda, que impede que o discente dê prosseguimento aos estudos. Ao falar especificamente sobre evasão no PROEJA, Oliveira (2019) acrescenta também o fato de muitos alunos recorrerem a essa modalidade como uma possibilidade de concluírem o ensino médio em uma instituição da rede federal, sem desejarem, de fato, uma formação técnica e profissional.

Ao referir-se aos fatores intraescolares, Diniz (2015) destaca os seguintes itens: currículo pouco atrativo e sem conexão com a realidade do aluno, carga horária extensiva, aulas tradicionais, sucessivas reprovações, práticas avaliativas ineficazes, ambiente escolar pouco estimulante, práticas pedagógicas ultrapassadas, distorção

³³ Nos termos colocados por POCHMANN, M. Estremecimento do trabalho no Brasil. **Revista Labor**, v. 1, n. 23, p. 35-54, 15 jun. 2020.

idade/série e ensino fundamental deficitário. Soma-se a isso, o excesso de disciplinas e seu grau de dificuldade, muitas vezes, imposto por professores que, segundo Oliveira (2019), não diferenciam o público dos cursos regulares de ensino médio e médio integrado diurno, do público dos cursos noturnos. Além de não observarem todas as especificidades desses alunos, como a ausência de conteúdos escolares, entendidos como prévios, por conta de lacunas no aprendizado de conteúdos formais nas etapas anteriores de escolarização.

Considerações Finais

Sem a pretensão de esgotar o assunto e na expectativa que outros pesquisadores se debruçam sobre a EJA profissional no Colégio Pedro II, reiteramos à guisa de considerações finais algumas das conclusões acerca da implementação e trajetória do PROEJA nesta instituição sediada no Estado do Rio de Janeiro.

Historicamente, no Brasil, a EJA sempre sofreu de problemas intimamente relacionados às gritantes e recorrentes desigualdades sociais. Relegada à condição de ação compensatória, sempre ficou circunscrita a uma condição periférica no mosaico das políticas públicas educacionais no país, subsumida às demandas imediatas da formação *para* o trabalho (e não pelo trabalho) e cristalizada ao tecnicismo predominante em concepções que enxergavam a EJA apenas como *vetor* de formação e estoque de mão de obra, via de regra, pouco qualificada.

A superação da *mobralização* com programas de alfabetização coadunada à perspectiva de inclusão à cidadania foi alcançada no contexto pós Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (9394/96). Entretanto, no âmbito da inserção profissional qualificada, crítica e politécnica, a EJA ainda possui um longo caminho a percorrer – a despeito de todo o esforço notável de elaboração de um programa de dimensões nacionais, com o fim de garantir a integração efetiva entre a educação profissional e o ensino médio. Se podemos destacar um mérito da ação política do MEC na segunda metade da década de 2000, esta certamente envolve os esforços na formulação e execução do PROEJA, em todos os estados da federação, apesar do crônico problema do financiamento da educação pública no país, em especial no que tange à EJA.

A implementação do PROEJA no Colégio Pedro II é, de alguma maneira, o exemplo lapidar (em escala reduzida) dos problemas observados na execução desta política educacional na Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (RFECT). Apesar de quase quinze anos de trajetória da EJA profissional no CPII, não há um balanço por parte das gestões do instituto, acerca dos resultados obtidos pelo PROEJA. A descoordenação administrativa nas ações da instituição é evidente. Refletindo-se, por exemplo, na ausência de um tratamento em separado dos dados produzidos pela modalidade no CPII em boa parte dos documentos institucionais consultados. Os dados referentes ao PROEJA estão sempre agregados aos do Ensino Médio Integrado diurno. Embora seja compreensível esta organização em conjunto (já que todos os cursos estão sob a égide da seção de Ensino Médio Técnico), tal tratamento contribui, sobremaneira, para a não observação dos graves problemas que atingem a EJA profissional no CPII: subfinanciamento e evasão são os principais.

Os elevados índices de evasão da EJA profissional na instituição, o crônico subfinanciamento da modalidade na RFECT (refletido, por exemplo, nos valores insuficientes das bolsas-permanência concedidas aos discentes trabalhadores) e a ausência de um planejamento de médio e longo prazo específico são determinantes para os resultados bastante insatisfatórios no que se refere aos “índices de eficiência acadêmica” do PROEJA no Colégio Pedro II. Ademais, podemos inserir também a “ausência de uma cultura pedagógica institucional” na oferta do ensino técnico no CPII. Contudo, em nossa opinião, este seria o menor dos problemas, tendo em vista que “culturas pedagógicas institucionais” não são entidades metafísicas cristalizadas no corpo social e, podem ser modificadas pela ação coletiva e organizada de agentes envolvidos na formulação de toda e qualquer política pública. Sobretudo, quando se trata de garantir ao conjunto da sociedade civil uma educação pública de qualidade, crítica, emancipatória e que busque romper com o ranço histórico da *subcidadania* no Brasil.³⁴ Especificamente, no que se refere à EJA profissional, acreditamos que o Colégio Pedro II pode lançar mão de sua excelência acadêmica para a construção de

³⁴ Compartilhamos com a noção de subcidadania formulada pelo sociólogo Jessé Souza em *Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. São Paulo. Leya. 2018

um projeto de educação socialmente inclusivo, politécnico e integral, sendo capaz de garantir ao discente trabalhador sua inserção crítica no mundo do trabalho.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2004, p. 18, 26 jul. 2004.

_____. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 jun. 2005. Seção 1.

_____. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 jul. 2006a. Seção 1.

_____. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos. Documento Base**. MEC. Brasília, agosto/2007.

CASTRO, Rogério Cunha. **Nem prêmio, nem castigo! A Escola moderna como ação revolucionária dos sindicatos operários durante a Primeira República (São Paulo, 1909-1919)**. Programa de Pós Graduação em Educação – PROPED/UERJ. 2014. 233 f.

COLÉGIO PEDRO II (CPII). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), 2019 – 2023**. Rio de Janeiro, 2019.

_____. **Plano Político-Pedagógico Institucional (PPPI), 2017 – 2020**. Rio de Janeiro, 2018.

DINIZ, C. S. **Evasão Escolar no Ensino Médio: causas intraescolares na visão do aluno**. Dissertação (Mestrado). UNA: Belo Horizonte, 2015. 147 f.

FERRER Y GUARDIA, F. **A Escola Moderna**. São Paulo. Biblioteca Terra Livre. 2014. 153 f.

GALLO, Silvio. **Pedagogia do Risco: experiências anarquistas em educação**. Campinas. Papyrus. 1995. 191 f.

LEHER, Roberto. **Universidade e Heteronomia Cultural no Capitalismo Dependente**. Rio de Janeiro. Consequência. 2018. 216 f.

MAGALHÃES [et al]. **Os Anos Lula – contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro. Garamond. 2010. 424 f.

MORAIS, J. K. C. DE; MOURA, D. H. Do Taylorismo/fordismo à acumulação flexível: implicação dos regimes de acumulação para o mundo do trabalho.. **Revista Labor**, v. 1, n. 17, p. 62-72, 31 jul. 2017.

POCHMANN, M. Estremecimento do trabalho no Brasil. **Revista Labor**, v. 1, n. 23, p. 35-54, 15 jun. 2020

PROUDHON, Pierre J. **Da Justiça na Revolução e na Igreja – Filosofia, Justiça e Politecnia da Aprendizagem**. São Paulo. Intermezzo editorial. 2019.

OLIVEIRA, Ronaldo Efigênio de. **Evasão Escolar no Campus Arraial do Cabo - IFRJ: uma análise do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Campos dos Goytacazes - RJ: 2019 111 f.

RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. *Paper para discussão*. S.d.

_____. "Implicações Políticas e Pedagógicas da EJA integrada à Educação Profissional". **Educação e Realidade**. v. 35, n. 1 (2010).

SANTOS, Beatriz Boclin Marques [et al]. **Memória Histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de história na educação do Brasil**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2018.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. São Paulo. Leya. 2018. 207 f.

Leonardo Leonidas de Brito

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor em Regime de Dedicção Exclusiva no Colégio Pedro II (RJ). Pesquisador do Laboratório de Economia e História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (LEHI-UFRRJ). Professor do Departamento de História, da Especialização em Ensino de História do Colégio Pedro II Líder do Grupo de Pesquisa "A Teoria Social de Bourdieu para a Educação: abordagens a partir da Educação Básica". Vencedor do prêmio melhores teses do PPGH/UFF 2017. Docente permanente do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Mestrado -PROFEPT) Coordenador Institucional Local do PROFEPT- CPII no biênio 2020- 2022.

Email: leobritouerj@hotmail.com

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0338465096036447>

Adjovanes Thadeu Silva de Almeida

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Possui graduação em História (1994), Mestrado em Educação, ambos pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Professor do Colégio Pedro II, onde atua na Educação Básica e nas Especializações em Ensino de História e Ensino de História da África; coordenou a Especialização em Ensino de História (entre 2016 e 2018); participou do Programa Residência Docente (Colégio Pedro II) na condição de Supervisor de História do campus Engenho Novo II entre 2012 e 2018. Desde o início do ano letivo de 2018 é o coordenador geral do departamento de História. Docente permanente do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Mestrado - PROFEPT);

Email: adjovanes@hotmail.com

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2498762086139658>

Elizabeth de Jesus Moreira de Amorim

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Possui Licenciatura em História pelo Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos (2007) e Especialização em Ensino de História pelo Colégio Pedro II (2018), Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo ProfEPT - Colégio Pedro II - Campus São Cristóvão (previsão de conclusão em 2022). Atualmente é assistente administrativo educacional - Colégio Pedro II. Tem experiência na área de História, com ênfase em História.

Email: ejmamorim@gmail.com

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7839702128171329>

Sâmia Elene Lobato dos Remedios

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Possui graduação em Letras (Português e Inglês) pela Faculdade Machado de Assis (2013). Fez pós-graduação lato sensu em Literaturas Portuguesa e Africanas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015) e em Neuropsicopedagogia Clínica pela Faculdade Cidade Verde (2019). É professora de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. Possui experiência na área de educação, linguística e literaturas. Atualmente está cursando Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica pelo ProfEPT no Colégio Pedro II.

Email: ejmamorim@gmail.com

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6214502727615640>

Recebimento: 19/07/2020

Aprovação: 15/09/2020

Q.Code

Editores-Responsáveis

[Prof. Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto](#), Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil

[Prof. Dr. Arno Münster](#), Universidade de Amiens - Paris, França